



Parlamento mobiliza lideranças pela duplicação da BR-101/Sul

O presidente da Alesc, Volnei Morastoni (PT), o governador Luiz Henrique da Silveira e seu vice, Eduardo Pinho Moreira, os deputados Luiz Fernando Zacchia (PMDB/RS) e Pedro Ivo Ilkiv (PT/PR), o senador Leonel Pavan (PSDB), representantes da Amurel, Amrec e Amesc, da Comissão Pró-duplicação da BR-101, lideranças comunitárias, empresariais e sindicais do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul reiteraram a necessidade de imediato início das obras de duplicação do trecho sul da BR-101 na sessão especial realizada na tarde de quinta-feira (16), no plenário, por iniciativa do deputado Manoel Mota (PMDB).

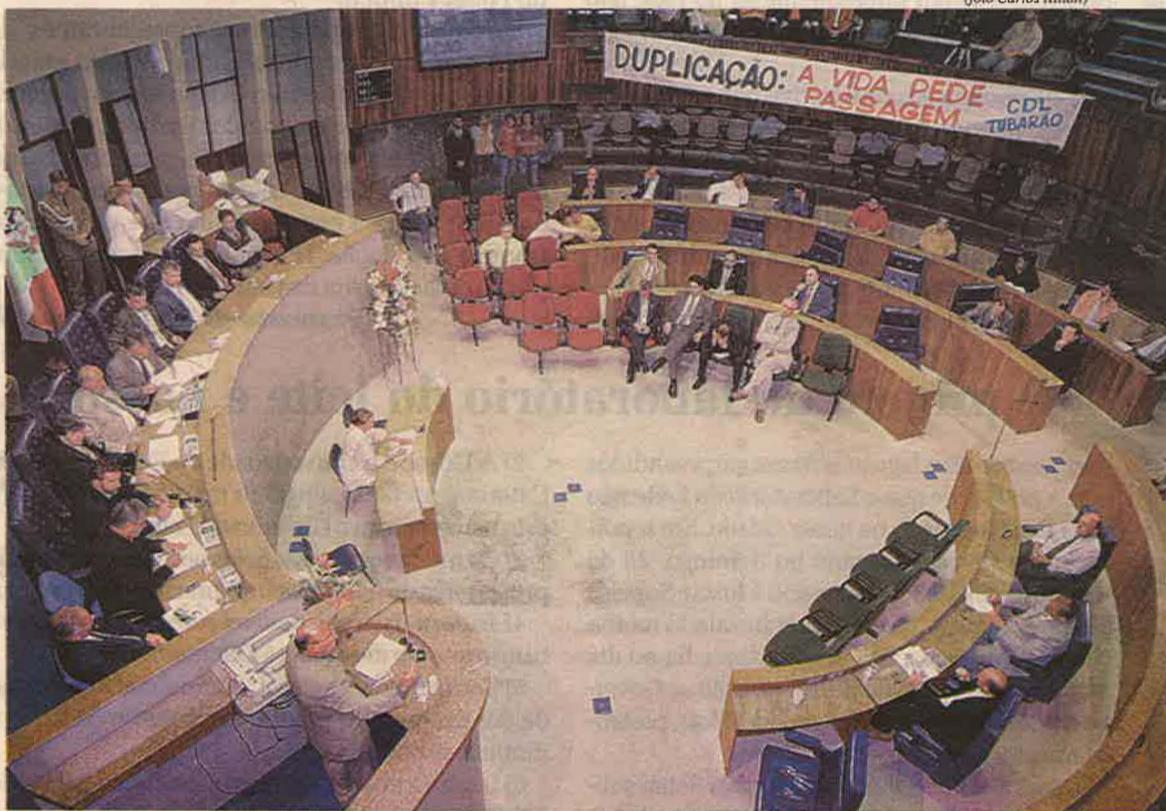
Segundo o parlamentar, em 2001 ocorreram 114 mortes, no ano passado 117 e, em 2003, 85. "A hora de realizar esta obra, há tanto tempo reivindicada por nós, é agora", disse.

O governador salientou que seria o porta-voz desta reivindicação junto ao governo federal, anunciando que buscaria

marcar imediatamente uma audiência com o presidente Lula. Em contrapartida, Pinho Moreira afirmou que esse projeto está sendo tratado há muitos anos. "Está faltando vontade política, do atual presidente, como faltou também ao ex. Se conseguíssemos obstruir os trabalhos no Congresso Nacional, chamaríamos a atenção de todo o país. Quando existe vontade do Executivo as coisas se realizam".

Pavan salientou que as obras na BR-101 não constam no projeto orçamentário da União, portanto não há recursos para a realização. "Assino em baixo do que Pinho Moreira disse", disparou.

Na segunda-feira (20), às 10 horas, reúnem-se para discutir a questão, no Auditório da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (Amrec), em Criciúma, o Fórum Parlamentar Catarinense - composto pelos 16 deputados federais e pelos 3 senadores e coordenado por João Pizzolatti (PP) -, o Fórum Catarinense Pró Duplicação da BR-101, coordenado pelo deputado Joares Ponticelli (PP) e lideranças da sociedade civil organizada. (DAB)



(foto Carlos Kition)

Mobilização ocorrida no plenário da Assembléia volta a acontecer no dia 20, em Criciúma

Segurança Pública

CCJ aprova diligência à proposta de política salarial

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo deputado João Paulo Kleinübing (PFL), aprovou no dia 14 diligência ao Projeto de Lei Complementar nº 028/03, que trata da política salarial dos servidores da segurança pública, de origem do Executivo. O relator, deputado Celestino Secco (PP), destacou a necessidade de esclarecimentos e correção de alguns pontos:

- extensão aos inativos de gratificação de produtividade;

- em qual texto da lei serão

inseridos os Grupos de Segurança; especificação dos cargos criados e a qualificação de quem poderá ocupá-los;

- fixação de prazo para a efetivação do pagamento dos adicionais e gratificações previstas;

- descrição das fontes de receita para atender ao aumento proposto;

- apresentação dos documentos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e do parecer da Procuradoria Geral do Estado, no qual é fundamentado o PLC 28/03.

Página 5

Uso da bracatinga

Produtores querem revisão de resolução do Conama

Em audiência pública em Papanduva, Planalto Norte catarinense, realizada pela Comissão de Agricultura, no dia 10, mais de dois mil agricultores pediram a revisão da Resolução nº 130, de junho de 2002, do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Com a regra baixada pelo Conselho, o uso da bracatinga foi inicialmente proibido e, posteriormente a manifestações que tiveram a intermediação do Legislativo - ainda na legislatura passada, quando a Comissão esteve em Canoinhas - ficou restrito, com o corte podendo ser feito somente no estágio inicial. A audiência foi requerida pelo presidente da Comissão, depu-



(foto Solon Soares)

Agricultores entregaram pauta de reivindicações aos parlamentares

tado Mauro Mariani (PMDB), e teve a participação dos deputados Reno Caramori (PP), Dionei Walter da Silva (PT) e Rogério Men-

donça (PMDB), autoridades estaduais ligadas ao meio ambiente, associações de produtores rurais, prefeitos e vereadores.

Página 5

Depoimentos:

CPLs da Udesc e da Dívida Pública Página 4

A balbúrdia das emancipações

Nos últimos tempos ecoam em Santa Catarina "vozes" de distritos almejando sua liberdade. É a nova febre de emancipações que vem criando polêmica no Legislativo, no Executivo, na União, entre a população e diversos outros órgãos. Também encontramos estampados nas páginas dos jornais vários artigos e editoriais que evidenciam e ressaltam esse ciclo rotativo de pedidos de distritos que querem o seu desmembramento das cidades-sede.

É natural que essa onda crie uma polêmica no país, em razão de a União ter feito alterações na Constituição Federal retirando o direito dos Estados de legislar sobre emancipações municipais e, principalmente, reter em seu poder a maior parte das receitas. Entretanto, a atual conjuntura, em transição de Governo com propostas de reformas a serem implementadas no País, não permite que novos municípios se formem e gerem mais despesas.

A autonomia administrativa não garante desenvolvimento. Prova disso foram as prefeituras, em âmbito nacional, que durante o mês de agosto fecharam suas portas com o objetivo de alertar o Governo Federal sobre a caótica crise econômica que passa a maioria das municipalidades no Brasil. Diante dessa situação, que tende a se agravar cada vez mais, visto que o per-

centual da arrecadação tributária nacional repassa da aos municípios é de apenas 13,5%, ainda desejam criar mais municípios? Isso é um absurdo!

Além disso, a população tem que se conscientizar que a má administração de um município é culpa dos próprios prefeitos, que não dão a devida atenção a seu povo, e que governam sem a participação popular. Por isso, ao invés da emancipação, a melhor alternativa é a população se organizar e cobrar do executivo municipal ações atendendo as necessidades de seus munícipes, fortalecendo o seu município. Se uma cidade não tem renda suficiente para se auto-sustentar - muitas nem sequer honram o pagamento dos salários - o desmembramento gerará mais um município carente, visando apenas contentar alguns interesses políticos, pessoas ávidas em ter *status* no Poder Público.

Portanto, os legisladores, representantes do povo, têm uma responsabilidade muito grande na votação dessa questão tão em vigor e polêmica. Há que se frear a onda dos pedidos de distritos que buscam sua autonomia - atualmente tramitam na Assembléia Legislativa 14 processos -, e refletir sobre a consequência que os mesmos trarão à população. Do contrário, seremos cúmplices da balbúrdia das emancipações.

Francisco de Assis Nunes (PT)

O projeto do laboratório do leite é nosso

Recentemente os lageanos foram surpreendidos com a notícia de que o Laboratório do Leite não seria mais instalado na nossa cidade. Em reportagem no Correio Lageano no domingo, 28 de setembro de 2003, o secretário Moacir Sopelsa confirmou que o mesmo seria instalado na sua cidade, Concórdia. Em função disso, fiz no dia 24 passado um pedido de informação ao Governo do Estado para saber a verdade. Hoje, pretendo rememorar esta história.

Vamos aos fatos: há quatro anos, o Senai solicitou que a Udesc elaborasse um projeto de Laboratório para o Leite. O CAV de Lages elaborou este projeto, que acabou não sendo implantado pelo Senai. Aproveitando o serviço que estava pronto, os professores do CAV encaminharam o projeto para o Sindileite (Sindicato do Leite) e para a Assembléia Legislativa. De posse do projeto, nós, deputados de Lages, o levamos à Secretaria da Agricultura. Sempre reconhecemos que outras regiões reivindicavam o projeto, mas entendemos que Lages tem a preferência, pelos seguintes argumentos:

1) O projeto foi feito pelo CAV de Lages para ser implantado em Lages;

2) A Udesc é a Universidade do Estado de Santa Catarina, portanto ninguém mais apropriado para esta parceria com o Governo do Estado;

3) Os melhores especialistas neste assunto são os professores do CAV e, a curto prazo, para o projeto;

4) Espaço físico disponível (uma parte da construção que era destinada à Odontologia);

5) Com a mudança da lei, diminuindo a quantidade dos exames por produtos, a questão da Região, diminui sua importância;

6) Lages é centro geográfico e local fácil para todo o Estado encaminhar o material, via ônibus;

7) A localização junto a uma universidade estadual facilitaria o treinamento do pessoal, em nível de graduação e pós-graduação.

O próprio secretário Sopelsa, durante a "Mercoleite", declarou sua simpatia por Lages. Dentro de uma análise criteriosa e isenta, não creio que possamos perder esta parada, mas, se entrar o ingrediente político, tudo pode acontecer. Por isso, nossas lideranças, a Câmara de Vereadores, prefeitura e nossa imprensa devem se engajar nesta justa reivindicação, até porque, como diz o título deste artigo: O Projeto é nosso, é de Lages.

Deputado Antônio Ceron (PFL)

Projeto político-pedagógico

A Escola do Legislativo, presidida pelo deputado Wilson Vieira - *Dentinho* (PT), uma das pioneiras do país, promoveu o seminário "O Projeto Político-Pedagógico como Expressão da Identidade da Escola", nos dias 14 e 15, no plenarinho. Além de convidados nacionais que vieram a Florianópolis, o evento foi acompanhado através de vídeo-conferência pelas Escolas Legislativas de Minas Gerais, Amapá, Roraima, São Paulo, Paraíba e Goiás.

O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), abriu oficialmente o evento e parabenizou o trabalho da escola legislativa catarinense, a exemplo das outras 10 existentes no Brasil. "Elas são um dos espaços mais importantes das Assembléias, a exemplo das TVs, que tornam os parlamen-

tos um espaço de discussões públicas, de relação permanente com a sociedade", ressaltou.

A convidada, professora Ilma Passos Alencastro Veiga, com doutorado em Educação, da Universidade de Brasília (UNB), falou sobre o tema. Ela destacou que o modelo de escola para o futuro precisa romper com a atual organização de trabalho, em que uns pensam e outros executam.

À tarde, o encontro foi reservado para as Escolas do Legislativo do Brasil, com mesa redonda sobre o tema: "Qual é a concepção de educação que temos?", também coordenada pela professora Ilma, com a presença, entre outros, do diretor do Instituto Legislativo Brasileiro, do Senado Federal, e da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo, Florian Augusto Madruga. (RMPP)

(foto Solon Soares)



Palestrantes e parlamentares no Seminário

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Orgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandrea Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Celso A. S. da Rosa, Mirela Maria Vieira e Rubens Vargas

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Professores catarinenses são homenageados

(foto Carlos Kilian)



Alunos da escola Beatriz de Souza Brito, durante encenação da peça

A noite do dia 15 de outubro - *Dia do Professor* - foi marcada na Assembléia com sessão solene que homenageou os profissionais da Educação, através das entidades representativas da categoria, como sindicatos dos professores do Estado e do Município, Associação dos Professores da UFSC e Conselho Estadual de Educação. A sessão, que atendeu requerimento do deputado Paulo Eccel (PT), presidente da Comissão de Educação, foi presidida pelo deputado Altair Guidi (PP). Além do deputado proponente, prestigiaram a solenidade os deputados Joares Ponticelli (PP), Simone Schramm (PMDB), Jorginho Mello (PSDB) e Dionei da Silva (PT).

Eccel lembrou da crise porque passam os professores e da importância desse profissional na vida de todas as outras categorias. "São profissionais que traba-

lham em precárias condições e com baixíssimos salários".

Ponticelli, em seu pronunciamento, disse que a noite não era festiva, mas de muita reflexão. "Hoje temos menos que em 15 de outubro passado. É preciso fazer muito para recuperar a dignidade do profissional da Educação, com a implementação de políticas públicas para o setor", destacou.

Também a deputada Simone parabenizou os professores catarinenses. "Reconheço o valor do nosso professor, do seu comprometimento com a educação".

A sessão foi encerrada com uma peça teatral satirizando a escola tradicional, através de alunos da Escola Beatriz de Souza Brito e, em seguida, houve a entrega pelos deputados de placas comemorativas às entidades que representam os professores catarinenses. (RMPP)

Sessão celebra centenário de Cabral

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Neuza, filha de Cabral, com Ponticelli e os ex-governadores Ivo Silveira e Colombo Salles

Lagunense, nascido em 11 de outubro de 1903, Oswaldo Rodrigues Cabral - poeta, historiador, político, médico, folclorista, professor -, teve seu centenário de nascimento celebrado na noite de segunda-feira, 13, em sessão especial. Conduzida pelo presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), a homenagem prestada pelo Legislativo, por requerimento do deputado Joares Ponticelli (PP), reuniu lagunenses ilustres como o desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, Norberto Ungaretti, e o ex-governador Colombo Machado Salles, e lotou o plenário.

"Temos podido viajar na água pura e cristalina deste democrata convicto", disse em seu discurso o acadêmico Geraldo Pereira Lopes, conhecido como 'O Poeta', da Academia Desterrense de Letras - representada por vários de seus integrantes devidamente paramentados -, que abriu as homenagens a Cabral logo depois da execução do Hino Nacional. Assim com os acadêmicos, os maçons estiveram presentes, também paramentados, fazendo sua homenagem.

Tanto Ponticelli quanto Ungaretti, que ocuparam a tribuna para falar sobre Cabral, enalteciam as qualidades de absoluta dedicação e amor à

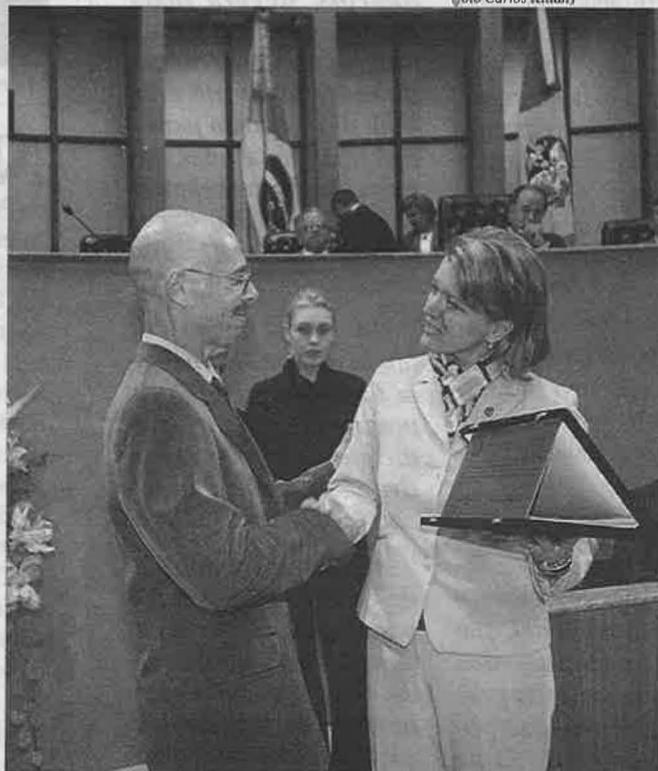
terra e aos princípios democráticos. "Ele foi a figura mais brilhante de sua geração", resumiu Ungaretti, que foi amigo de Cabral. "Sua vasta e abrangente produção literária e a honestidade que sempre o acompanhou, tanto no convívio social quanto no desempenho das diversas atividades públicas que exerceu, colocam Oswaldo Rodrigues Cabral na galeria de grandes vultos da história catarinense", disse Ponticelli.

História - Médico eleito deputado estadual em 1946, Cabral é autor de mais de 60 livros. Foi um dos fundadores da faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Santa Catarina (Ufsc) e trabalhou pela criação do Instituto de Antropologia. (MMV)

Banco de Olhos comemora 25 anos

Por proposição da deputada Simone Schramm (PMDB), a Assembléia promoveu na terça-feira (14), sessão solene para homenagear os 25 anos de atividades do Banco de Olhos de Joinville. Contando com o apoio das classes médica, empresarial e da comunidade, a entidade teve como idealizador Nilton Rodrigues Salerno, oftalmologista especializado em transplante de córneas. "Neste período, 1206 córneas foram doadas, num total de 603 doadores. O número de transplantes chegou a 804, há 22.597 doadores simbólicos e a fila para receber a córnea conta com 1.097 pessoas", salientou a parlamentar.

(foto Carlos Kilian)



Simone Schramm entrega placa a Nilton Salerno

Com sede própria, o Banco de Olhos de Joinville possui uma diretoria, eleita de dois em dois anos, responsável pela organização das atividades. Em 2003, foram realizados 39 transplantes de córneas e 31 doações.

Sirlei Martins Grawe, colaboradora do Banco, contou sua história e demonstrou toda a sua vontade em ajudar as pessoas que também perderam a visão e precisam de um transplante.

Após receber das mãos da deputada uma placa em homenagem pelo seu trabalho, Salerno fez uma pequena apresentação mostrando os trabalhos realizados no Banco, entre eles, cadastro, busca ativa, cirurgia de enucleação, avaliação dos doadores, preservação da córnea e distribuição cronológica. (DAB)

CPI da Udesc

Condução do ensino a distância divide depoentes

(foto Carlos Kilian)

Os primeiros depoimentos da CPI da Udesc ocorreram na tarde do dia 13, segunda-feira. O presidente, Paulo Eccel (PT), o relator, Dado Chereem (PSDB), e os deputados Lício Mauro da Silveira (PP), Simone Schramm (PMDB), Julio Garcia (PFL), Wilson Vieira - Dentinho (PT) e Celestino Secco (PP) ouviram o ex-professor Valdenésio Mendes, a coordenadora do ensino a distância da Udesc, Neli Góes Ribeiro, o ex-coordenador, Hipólito Pereira Neto, e a pró-reitora de ensino, Sueli Weber.

O ensino a distância é um dos casos que mais está chamando a atenção na CPI da Udesc, em consequência da demissão de 19 professores que tinham contrato com a instituição até dezembro de 2003.

Segundo Valdenésio, as demissões foram feitas sem nenhum aviso prévio e sem as discussões dos critérios utilizados para justificá-las. "Questionamos esta ação por acharmos de teor autoritário e sem respeito pelos profissionais que desempenhavam seu trabalho", afirmou Mendes. "Além disso, os professores se mobilizaram e fizeram um abaixo-assinado para evitar as demissões. Em consequência das pressões que ocorreram, muitos professores que não foram demitidos quiseram tirar seus nomes do abaixo-assinado. Por isso, desconfiamos do teor político desta ação", completou.

Mendes afirmou que, como professor, não é contra o ensino a distância, desde que seja feito da maneira correta. "Existem boatos de irregularidades como professores que são parentes de pessoas que trabalham na universidade e não passaram pelo processo de seleção, por exemplo", comentou.

A atual coordenadora do ensino a distância, Neli Góes, é a responsável pelas demissões e atual mudança no sistema. Ela afirmou que os professores foram afastados em consequência de critérios técnicos e pedagógicos. "Algumas disciplinas já terminaram e por isso não há porque mantermos os professores no quadro do ensino a distância", contou. "Estamos mudando a organização pedagógica e essas disciplinas não irão mais existir. Além disso, iremos investir em técnicos especializados no tema", completou.

Seleção - O ex-coordenador, Hipólito Pereira Neto, afirmou que o ensino a distância ainda está engatinhando no Brasil. "Existem algumas coisas que precisam ser acertadas. Uma delas é o reconhecimento do MEC para os formandos, já que eles não serão reconhecidos quando se formarem", disse.

Já a pró-reitora de ensino, Sueli Weber, esclareceu que todos os professores passaram por um processo de seleção, composto por provas escritas e entrevistas. "Quanto às demissões, elas ocorreram porque o ensino a distância está passando por uma reestruturação e, por isso, algumas demissões precisaram ser feitas", completou.

A próxima testemunha já definida é o professor aposentado Liberato Pinheiro Neto, hoje integrante do Conselho do Centro de Estudos Educacionais e Culturais (Cepec). Ele atuou na área administrativa do Núcleo de Educação a Distância até meados deste ano e fala na reunião da CPI de segunda-feira (20), a partir das 14 horas. (TK/MMV)



Depoimentos foram acompanhados por professores, estudantes e servidores

Dívida Pública

CPI recebe contratos referentes à dívida fundada

(foto Solon Soares)



Gerson Pedro Berti

or e atual, respectivamente de R\$ 10 bilhões e R\$ 15 bilhões, estaria nos números referentes ao risco fiscal. Segundo o presidente da CPI, João Paulo Kleinübing (PFL), é consenso que os R\$ 8,7 bilhões correspondem às dívidas fundadas externa e interna, mas o conflito está na inclusão de R\$ 4 bilhões de dívida de empresas e de R\$ 1,3 bilhão de passivo financeiro. "Riscos fiscais são valores que estão em discussão e ainda não são dívidas. As empresas possuem patrimônio e o Estado não é detentor de 100%".

Para o relator Ronaldo Benedit (PMDB), a dívida terá

que ser dissecada contrato a contrato para saber qual é sua origem, o quanto foi gasto, no que foi aplicado, o que é referente a juros e a serviços. "É um absurdo o que o Estado está pagando a título de amortização e serviços. Hoje isso compromete R\$ 50 milhões por mês". O que, para Gerson Berti, coloca no limite a capacidade de pagamento catarinense. Segundo Benedit, os R\$ 2 bilhões recebidos da União no processo de federalização do Besc também entram na conta Tesouro estadual. Para o deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), "todos os questionamentos foram respondidos e ficou caracterizado o que é dívida fundada e o que é risco fiscal". (SD)

No depoimento da manhã de segunda-feira (13), o diretor da Dívida Pública do Estado, Gerson Pedro Berti, entregou aos parlamentares cópias dos contratos que compõem o valor de R\$ 8,7 bilhões, referentes às dívidas fundadas interna e externa, para que seja investigada a origem deste montante. De acordo com Berti, fazem parte deste valor financiamentos com organismos como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial (BIRD), parcela da federalização da Celesc, renegociações feitas com a União e dívidas com a União fundadas em dólares.

A divergência sobre os valores da dívida pública de Santa Catarina, apresentados pelos governos anteri-

Competições esportivas

O presidente do Conselho Estadual de Desporto, Hercílio Paraguassu, compareceu à reunião ordinária da Comissão de Educação, presidida pelo deputado Paulo Eccel (PT) de quarta-feira (15), *Dia do Professor*, para apresentar proposta à emenda substitutiva global ao Projeto de Lei nº 31/2003. A emenda modifica a Lei nº 12.005, de 2001, que normatiza a participação de atletas representantes de municípios nas competições intermunicipais promovidas pelo sistema público esportivo do Estado.

O projeto original, do deputado Nelson Goetten (PFL), determinava que o atleta catarinense residente fora do Estado somente poderia competir como repre-

sentante do seu município de origem. O deputado Jorginho Mello (PSDB) foi o autor de emenda que oportunizava aos atletas competir por qualquer município catarinense.

Paraguassu apresentou aos parlamentares da Comissão os resultados das discussões promovidas pela Fesporte e pelo Conselho Desportivo sobre o projeto original e suas modificações. A redação final definiu que:

- O atleta maior de 18 anos, registrado por federação esportiva nacional ou internacional, que desejar participar dos eventos esportivos promovidos pelo sistema público esportivo de Santa Catarina, como Jogos

Abertos, deverá fazer sua transferência para a federação catarinense da modalidade até o último dia do prazo para a inscrição de atletas nos jogos, conforme calendário anual da Fundação Catarinense de Desportos (Fesporte);

- Os atletas maiores de idade e naturais de Santa Catarina poderão representar qualquer município da região esportiva onde tenham nascido;

- O atleta menor de idade que desejar participar dessas competições deverá estar matriculado, com frequência comprovada, em uma instituição de ensino estabelecida na região (RMPP)

Bracatinga X resolução do Conama

(fotos Solon Soares)

Rose Mary Paz Padilha

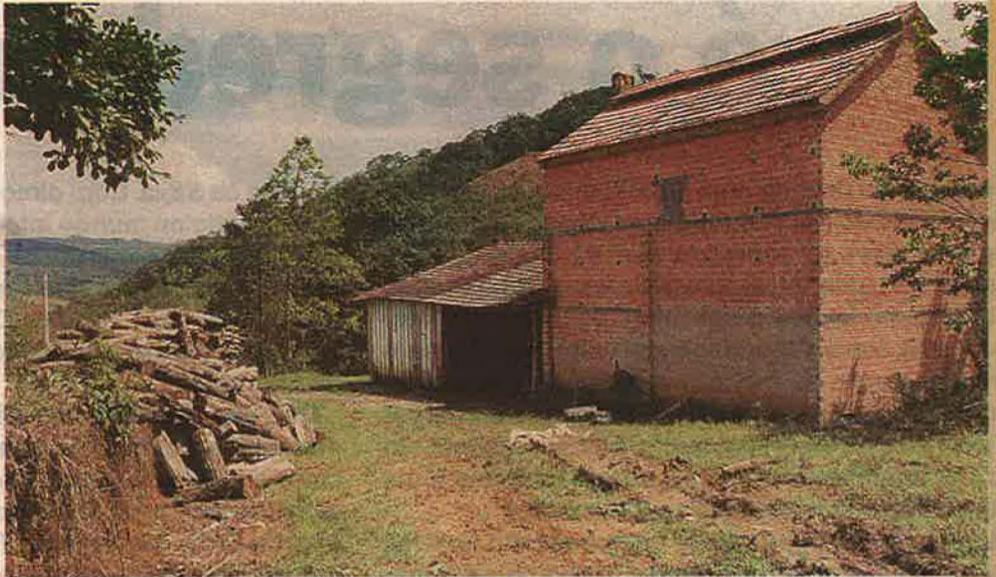
Madeira muito utilizada na construção civil e principalmente como lenha para alimentar estufas para a secagem das folhas de fumo - 27 mil estufas somente na região - a bracatinga é produto abundante no Planalto Norte. Mas, apesar de ter crescimento rápido e ciclo de vida curto (cerca de 12 anos), o uso da bracatinga de forma racional está proibido pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama).

Depois de muitas reivindicações dos agricultores, parlamentares e outros setores interessados no uso dessa madeira nativa, a Resolução nº 130 do próprio Conama, de junho de 2002, permitiu o uso restrito, ou seja, o corte da árvore somente no estágio inicial, o que não resolveu o problema de milhares de produtores rurais, que precisam da bracatinga para manter suas atividades. "A bracatinga cresce melhor se depois de cortá-la de forma rasa, o terreno não for capinado e não for plantado nada no local. Ela apenas brota, principalmente depois de queimar o solo, porque o fogo quebra a dormência da semente", informou Altivir Dominiak, do Movimento dos Pequenos Agricultores. Ele entregou ao deputado Mariani uma lista de reivindicações da categoria:

- **imediata liberação do corte de lenha para a atual safra e sem a cobrança de taxas;**

- **reconhecimento pelo Ibama do reflorestamento natural de bracatinga como reflorestamento dos agricultores;**

- **indenização pelo Estado e pelas fumageiras em 40% da produção da última safra, por um período mínimo de dez anos, de fumicultores que não tenham lenha suficiente para manter as estufas de secagem do produto.**



Madeira é essencial para a produção de fumo



Deputados e representantes do setor

Soluções

Mas qual seria a saída para o problema? O representante do Ministério Público Herculano de Abreu, sugeriu a municipalização da fiscalização ambiental, através de consórcios, como já acontece com o lixo. "O MP quer ser parceiro, mas com condições de responsabilidade. Ou o Ibama assume sua função e permite o corte ou passe a tarefa para a Fatma ou prefeituras". Ele sugeriu ainda que o programa *Fome Zero* auxilie os produtores catarinenses através de projeto florestal e que haja melhor estrutura funcional da Fatma, hoje com apenas 130 pessoas. O deputado Reno Caramori (PP) reiterou as críticas sobre a ausência do Conama na audiência pública. "Ele é o grande responsável pela situação hoje vivida pelos agricultores. Se continuar a proibição do corte, a bracatinga vai acabar". Também os deputados Peninha (PMDB), Dionei (PT) e Mariani (PMDB) foram solidários e prometeram empenho para solucionar o problema. Mariani encerrou o encontro informando que os órgãos ambientais envolvidos no assunto serão chamados à Assembléia para formalizar uma solução para o impasse. (RMPP)

Uso racional é necessário e possível

O prefeito de Papanduva, Humberto Ribas, também defende o uso da bracatinga. "Somente em Papanduva são 9 mil estufas para a secagem do fumo e os agricultores precisam dessa espécie nativa, que fornece a melhor lenha e que também é usada pelos cerealistas, produtores de suínos e de aves. Os agricultores não são criminosos", salientou.

O representante da Federação dos Agricultores (Faesc), Sálvio Tonini, lembrou da angústia que vive a categoria. "Temos consciência da necessidade de preservação ambiental, mas precisamos trabalhar. O plantio não espera".

Para Jorge Faria, da Associação dos Fumicultores do Brasil (Afubra), não há dúvidas sobre a eficiência do uso racional da bracatinga. "Há 80 anos isso acontece, mas ainda tentamos mos-

trar. Ficam nos sabotando", declarou em tom de alerta, mas ao mesmo tempo de indignação.

O responsável técnico pelo Ibama, Alexandre Pires, criticou a ausência de representantes do Conama para discutir o assunto, assim como a Resolução 130 que liberou parcialmente o corte da árvore. "Isso não contribuiu com os agricultores". Pires disse ainda que não há estrutura para o Ibama fazer a fiscalização em todo o Estado.

Outro representante de órgão ambiental em Santa Catarina, João Tadeu, engenheiro florestal da Fatma, disse que apesar de reconhecer que 50 mil produtores catarinenses precisam da bracatinga, a Fatma cumpre uma determinação federal, a Resolução do Conama, que impede o uso racional.

Política salarial da Segurança Pública

Deliberação na CCJ será no dia 11

(foto Solon Soares)

Conforme o presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), João Paulo Kleinübing (PFL), O prazo final para que o Executivo responda aos questionamentos é 4 de novembro e no dia 11 haverá deliberação da CCJ sobre matéria, "mesmo que não seja atendida a diligência".

No entendimento do deputado Afrânio Boppré (PT), deveria ser votada a matéria e feitas as correções durante a tramitação do PLC nas Comissões de Finanças e Tributação, Trabalho e Serviços Públicos e Segurança Pública. Segundo ele, o projeto está em regime de prioridade e não poderia ser encaminhado à diligência. A CCJ já deveria ter deliberado na terça-feira passada.

"Nós já fomos acusados de postergar a tramitação dos projetos de reajuste e abono, por isso é importante deixar claro que não é esse o nosso entendimento. O processo poderia ser aperfeiçoa-



Peritos oficiais durante manifestação na reunião

do no decorrer da tramitação, sem o risco de atrasá-lo". Entendimento semelhante tiveram os deputados Kleinübing e Paulo Eccel (PT). Os deputados Celestino Secco e Joares Ponticelli, ambos do PP, se abstiveram.

Para o líder do governo, deputado Herneus De Nadal (PMDB), a pro-

posta visa buscar uma política salarial mais justa, mas que não se deve deliberar sobre a matéria enquanto houver dúvidas. A reunião da CCJ foi acompanhada por policiais civis e militares, e por um grupo de peritos oficiais que buscam a aprovação de uma emenda equiparando os salários aos dos delegados. (SD)

Zezé Motta: versatilidade é o segredo do sucesso

(foto Carlos Kilian)

Nascida no seio de uma família humilde de Campos, cidade do Norte fluminense, Maria José Motta aos dois anos foi morar no Rio de Janeiro, onde passou a estudar num colégio interno. Apaixonada pela arte, foi levada pelas mãos da mestra do teatro infantil, Maria Clara Machado, como bolsista para fazer um curso de teatro numa das mais famosas escolas do Rio de Janeiro, "O Tablado". O interesse pela arte de representar afluente rapidamente em Zezé e, finalmente, em 1967, surgia uma das mais talentosas atrizes brasileiras, Zezé Motta.

Seu sucesso fulgurante já estava escrito no livro do destino. Como atriz, Zezé Motta teve carreira meteórica, debutando nos palcos em 67, no fervoroso espetáculo "Roda Viva", com direção de José Celso Martinez Corrêa. A partir daí não parou mais. Era trabalho em cima de trabalho e, em 1974, participou do famoso Godspel, musical de grande sucesso na Broadway, e já se prepara para uma nova montagem. Sua passagem pelo cinema marcou e está marcando época. Participou de *A Rainha Diaba*, *Vai Trabalhar Vagabundo* e logo faz teste para o filme que viria a ser o maior sucesso de sua carreira,

Xica da Silva. Com direção de Cacá Diegues, faz sucesso no mundo inteiro, ficando conhecida internacionalmente. Se destacou novamente em *Orfeu* e agora vive *Carolina*, que está sendo exibido pelo Projeto Cinema na Favela e produzido pelo grupo Nação Hip Hop, com apoio da Eletrosul.

Mas sua trajetória não pára por aí. Zezé teve marcantes papéis nas telenovelas brasileiras como em *Corpo a Corpo*, *Pacto de Sangue*, *A próxima Vítima*, *Corpo Dourado*, *Kananga do Japão*, *Xica da Silva*, *Esplendor e Tenda dos Milagres* e nas séries *Mãe de Santo*, na Rede Manchete, e *Memorial de Maria Moura*, na Rede Globo. Falar da atriz Zezé Motta também não, é falar de sucesso na música. Em 1971, em São Paulo, ela se apresentava como crooner nas casas noturnas Balacobaco e Telecoteco, iniciando sua carreira como cantora. Com uma voz belíssima e timbre com muitos recursos, aliados a sua presença carismática, os convites começaram a aparecer e logo é levada pelo empresário das grandes estrelas da MPB, Guilherme Araújo, onde gravou pela Warner. Seu último e atual trabalho musical é o show *Divina Saudade*, onde homenageia a Divina Elizeth Cardoso.



Filmografia da atriz

- 2003 - *Carolina*
- 2002 - *Poeta de Sete Faces*
- 1999 - *Orfeu*
- 1998 - *O Testamento do Sr. Nepumoceno*
- 1996 - *Tieta do Agreste*
- 1992 - *A Serpente*
- 1989 - *Dias Melhores Virão*
- 1988 - *Natal da Portela*
- 1988 - *Sonhos de uma Menina-Moça*
- 1987 - *Anjos da Noite*
- 1987 - *Jubiabá*
- 1985 - *Águia na Cabeça*
- 1984 - *Quilombo*
- 1984 - *Para Viver um Grande Amor*
- 1978 - *Tudo Bem*
- 1978 - *A Força de Xangô*
- 1978 - *Se Segura Malandro*
- 1976 - *Xica da Silva*
- 1976 - *Cordão de Ouro*
- 1974 - *Banana Mecânica*
- 1974 - *Um Verão entre as Mulheres*
- 1974 - *Rainha Diaba*
- 1973 - *Vai Trabalhar, Vagabundo*
- 1970 - *Cléo e Danie*
- 1969 - *Em Cada Coração um Punhal*

Curiosidades

- Estreou como atriz na polêmica peça *Roda Viva*, de José Celso Martinez Correa, em 1967

- A partir de 1978 iniciou uma bem sucedida carreira como cantora.

- Foi várias vezes convidada pelo Itamarati para representar o Brasil no exterior, em países como Alemanha, Estados Unidos (no Carnegie Hall, em Nova Iorque), França, Venezuela, México, Chile, Argentina, Angola e Portugal.

Carlos Agne

AL Notícias - Você já sentiu algum tipo de discriminação por ser negra, mesmo depois de famosa?

Zezé Motta - Depois de famosa, não lembro bem, mas acho que não. A não ser o fato de que ser atriz negra e mulher no Brasil é ter o salário baixo. Não sei se posso entender como discriminação mas, logo depois que estourei como Xica da Silva, recebi o convite do Ziembinsky, que estava fazendo uma montagem especial de um conto da Clarice Lispector, "Cenas de um casamento", e eu fiquei empolgadíssima. Peguei o roteiro, e voltei para casa de táxi, e comecei a ler. Comecei a chorar. Quando li meu papel constatei que estava sendo convidada para servir doce na festa de casamento...é complicado...

AL Notícias - De uns tempos para cá, tem havido uma valorização do negro na mídia e tem surgido revistas e produtos de beleza para pessoas negras. Você acha que essa valorização reflete uma mudança de conceito na sociedade?

Zezé Motta - Acho que a questão do negro, do preconceito, é histórica mais dele próprio. Durante muito tempo o preconceito aconteceu entre eles. Mas estamos vivendo um outro momento e dentro da raça deixou de ser tabu e as pessoas passaram a participar mais de uma reflexão que leva à sua valorização pessoal, preocupando-se com a desigualdade. E assim começaram a divulgar e a produzir coisas do seu meio. Um exemplo é a revista *Raça*, que chegou e mandou ver e hoje tem uma gran-

de circulação.

AL Notícias - Dos mais de 24 filmes já feitos, destacam-se Xica da Silva e Orfeu, ambos com a direção de Cacá Diegues. Existe alguma coisa entre a relação atriz/diretor e o sucesso obtido nos dois filmes?

Zezé Motta - Na verdade, não foram apenas esses dois filmes em que participei sob a direção do Cacá. Foram cinco. E ele sempre diz que eu dou sorte para seus filmes. Isso é muito bom. Ele só não me convida para filmar quando não tem mesmo jeito....(risos).

AL Notícias - Como aconteceu sua apoteose na música. Foi o empresário da noite, Guilherme Araújo, que lhe descobriu?

Zezé Motta - Olha, quem me levou mesmo para a música foi Xica da Silva. Mas a vida sempre esteve vinculada à música, até porque o meu pai era professor de violão e quando vi já estava cantando. Mas depois do filme apareceram quatro gravadoras. Apareceu então o Guilherme, que se interessou pelo meu trabalho e se tornou meu empresário. Fui parar na Warner onde fiquei por quatro anos e gravei três discos.

AL Notícias - Seu último trabalho musical lembrou a "Divina", Elizeth Cardoso. Tem mais algum trabalho em vista?

Zezé Motta - Ainda estou apaixonada pela Divina. Me emociona muito esta homenagem que faço a ela e continuo com o show. Ainda espero ter oportu-

nidade de trazê-lo para Florianópolis em muito breve. Mas pretendo, logo, logo, gravar um disco de samba. É engraçado, sempre cantei MPB e resistia ao samba. E este vai ser "Na Cadência do Samba". Na realidade, não cantava samba porque não queria ser rotulada como sambista. Poxa, e já gravei oito álbuns. Agora já posso gravar um disco só de samba...(risos)

AL Notícias - E essa sua participação no filme de Jeferson De, *Carolina*?

Zezé Motta - É maravilhoso. Muito interessante. *Carolina* era uma mulher especial. No final dos anos 50, Carolina de Jesus escreveu seu diário e dentro de seu barraco denuncia a fome, o preconceito e a miséria. Publicada, a obra se tornou um sucesso editorial, sendo editada em 13 línguas, mas apesar do reconhecimento imediato e explosivo, a exótica mulher negra e ex-favelada morre pobre. Até hoje, as palavras de Carolina continuam a ser uma denúncia contra a miséria em que se encontram milhões de pessoas.

AL Notícias - Você tem se preocupado com a inserção de carentes na arte, principalmente pessoas da raça negra, tanto que criou um centro, uma associação ou algo parecido?

Zezé Motta - É o Cidan, o Centro Brasileiro de Informação e Documentação do Artista Negro, que fundamos em 1994, que visa a promoção e a inserção dos artistas negros, sejam atores, músicos, bailarinos, modelos e técnicos em espetáculos, no mercado de trabalho. O Cidan realiza e promove também cursos que buscam a promoção de jovens artistas, bem como a reciclagem de artistas e técnicos.

Geração de energia alternativa

De iniciativa do deputado Valmir Comin (PP), aprovado Projeto de Lei nº 76/03 dando nova redação ao caput e inclui incisos ao artigo 1º da Lei nº 12.200, de 19 de abril de 2002, que também determinava que o Governo do Estado incentivaria a geração de energia elétrica alternativa. Como formas de energia, a nova proposta cita a solar fotovoltaica, térmica, a gás natural, biogás, carvão mineral, biomassa, de pequenas centrais hídricas até 5 MW e eólica, com vistas a proteger o meio ambiente, aumentar a eficiência na utilização das energias convencional e alternativa, bem como na produção e na redução de custos para o consumidor por intermédio de incentivos ao aperfeiçoamento da tecnologia de produção e na produção de energia alternativa ou de co-geração pela Celesc.

Emenda supressiva ao projeto, de autoria do deputado João Paulo Kleinubing (PFL), suprime incisos do artigo 1º que tratam da redução da carga tributária nas operações internas do ICMS incidente sobre a saída de painéis fotovoltaicos e outros conversores de energia alternativa, assim como a promoção de campanhas de esclarecimentos sobre as vantagens da energia elétrica alternativa. Outra emenda,

aditiva, do deputado Reno Caramori (PP), determina que a lei entrará em vigor na data de sua publicação para amplo conhecimento da sociedade. (RV)

Reajuste e abono para o Judiciário

Foi aprovado abono salarial de R\$ 100 aos servidores públicos, ativos e inativos, pertencentes aos quadros de pessoal do Tribunal de Justiça (TJ) e da Justiça de Primeiro Grau. Sobre o valor do abono não incidirá nenhum adicional, gratificação ou vantagem, exceto a gratificação natalina, bem como não servirá de base de cálculo para as consignações a que estiver sujeito o servidor público ou pensionista, exceto a tributação de outra esfera de governo.

O projeto de lei recebeu emenda do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), limitando a concessão do abono aos servidores que recebem até R\$ 6 mil. Também será efetivada a revisão salarial correspondente a 1% para os servidores públicos, ativos e inativos do TJ. (SD)

Capital não poderá ser desmembrada

Os parlamentares aprovaram na tarde de terça-feira (14), em 1º e 2º turnos e redação final, a Proposta de Emenda Constitucional nº 06/03 e o Projeto de Lei Complementar nº 15/03, ambos de autoria do deputado Lício Mauro da Silveira (PP), que impede o desmembramento, fusão ou incorporação de ter-

ritório da Capital do Estado.

Foram 33 votos favoráveis às duas propostas, com manifestação contrária apenas dos deputados Herneus de Nadal, líder do governo na Assembléia, e Ronaldo Benedet, ambos do PMDB. "Sou contrário a forma de emenda constitucional para regulamentar esta questão", explicou Nadal. (SD)

Área livre

A Assembléia vai requerer ao ministro de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Roberto Rodrigues, que seja editada portaria ministerial declarando Santa Catarina área livre de produção de soja transgênica. O pedido de moção foi feito pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT).

A solicitação está baseada no artigo IV da Medida Provisória 131, que liberou o plantio da soja modificada geneticamente no país. Segundo esse artigo, o ministro da Agricultura pode excluir do regime áreas ou regiões nas quais não tenha sido verificada a presença de organismos geneticamente modificados. Como em Santa Catarina não houve confirmação oficial de plantio de soja transgênica nas safras passadas, o estado fica de fora da abrangência dessa MP. A ação fortalece a luta em favor da criação da área livre de transgênicos unindo os estados de Santa Catarina e do Paraná.

Autenticidade de cédulas

Aprovada emenda substitutiva global, de autoria do deputado Jorginho Mello, ao Projeto de Lei nº 90/03, do deputado Nilson Gonçalves, ambos do PSDB, que dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de equipamento que ates-

ta a autenticidade de cédulas de dinheiro em agências bancárias.

O equipamento a ser utilizado será indicado pelo Banco Central e a verificação da autenticidade ocorrerá na presença do cliente nos casos de saque direto do caixa. (RV)

Medalha de Mérito a professores

Mérito *Castorina Lobo de São Thiago*, como prêmio simbólico a ser conferido aos professores que realizam trabalhos na área da educação, ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento da educação. A entrega da medalha será feita em sessão solene, anualmente, realizada de preferência na semana alusiva ao Dia do Professor, 15 de outubro.

A outorga será feita por indicação dos parlamentares e as indicações ocorrerão na semana que transcorre a data de falecimento da professora e poetisa, 24 de agosto. Cada deputado poderá indicar um professor e na indicação deverá conter da-

dos completos do professor e de seus serviços prestados.

Castorina foi reconhecida e respeitada pela sociedade catarinense, pois rompeu todos os preconceitos de classe e gênero de sua época, tornando-se um exemplo de educadora a ser lembrado. Nascida em 1884, em Tubarão, lecionou em Florianópolis, São Francisco do Sul e Blumenau, também colaborava com revistas e jornais das mesmas cidades, além de Joinville. Escreveu os livros *Rimas de outono*, *Clarínadas*, *Aquarela da Ilha de Santa Catarina*, *Cruel estigma*, *Meu álbum-versos do coração*. Ingressou na Academia Catarinense de Letras em 1958 e faleceu em 1974. (DAB)

Agenda

Dia 20, 8 h – Fórum Parlamentar Catarinense dos Royalties do Petróleo e Terras Indígenas

Local: Plenário

Dia 20, 10 h – CPI da Dívida Pública – Depoimento do presidente do Tribunal de Contas – Salomão Ribas Júnior

Local: Sala das Comissões

Dia 20, 14 h – CPI da Udesc – Depoimento do professor aposentado Liberato Pinheiro Neto (Cepec)

Local: Sala das Comissões

Dia 20, 15 h – 1ª reunião do Fórum Permanente da Adoção

Local: Plenário

Dia 20, 15 h – CPI da Casan – Depoimentos das secretárias da diretoria da Empresa, Deise Borges e Márcia Ceola, da ex-chefe da Divisão de Secretaria do Gabinete da Presidência, Brazilícia Luz, do membro do Conselho de Administração, Cláudio Floriani Júnior, e do chefe da Consultoria Jurídica, Aloízio Cipriani

Local: Sala das Comissões

Dia 20, 19 h – Sessão solene em homenagem a Santo Amaro da Imperatriz – 1º lugar no Brasil em educação

Local: Plenário

Dia 21, 9 h – Abertura oficial do II Ciclo de Debates do Legislativo Municipal

Local: Câmara de Vereadores de Porto União

Dia 21, 18 h – Sessão solene em homenagem ao Dia do Funcionário Público

Local: Plenário

Dia 21, 19 h – Lançamento do livro "Interpretação de pensamentos", de autoria de Fernando Martins

Local: Galeria de Arte Meyer Filho

Dia 22, 10 h – Audiência pública da Comissão de Finanças – Secretário da Fazenda apresenta as metas fiscais do 1º e 2º quadrimestres de 2003

Local: Plenarinho

Dia 23, 8h30min – Abertura oficial do II Ciclo de Debates do Legislativo Municipal

Local: Câmara de Vereadores de Joinville

Dia 23, 14 h – Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 06/03, do Senado Federal, que trata do Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência

Local: Plenário

Dia 24, 19 h – Sessão solene em homenagem a Videira, à Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe e à Empresa Perdígão S/A

Local: Centro de Eventos Vitória - Videira

Recursos para bombeiros

Do deputado Romildo Titon (PMDB) foi aprovado projeto de lei que regulamenta a concessão de subvenções sociais a bombeiros comunitários e voluntários. A partir de agora, os recursos orçamentários serão distribuídos anualmente às instituições, seguindo critérios de proporcionalidade. De acordo com o projeto, a associação de bombeiros, estabelecida em municípios com até 20 mil habitantes, receberá o valor mínimo equivalente a R\$ 18 mil. Em municípios com população entre 20 mil e 60 mil habitantes, os bombeiros receberão entre R\$ 18 mil e R\$ 25 mil. E em municípios com população superior a 60 mil habitantes, o valor mínimo repassado ficará entre R\$ 25 e R\$ 36 mil. O projeto determina também a obrigatoriedade da apresentação de um certificado que comprove a preparação técnica e competência do grupo de bombeiros para que os recursos solicitados sejam liberados. (NC)

Consórcio de municípios inicia resgate da dívida ambiental

Programa está sendo implementado pela Associação dos Municípios da Região Serrana (Amures), que reúne 18 cidades do Planalto, e primeira etapa prevê eliminação de todos os lixões até 30 de outubro. O desafio está sendo vencido através de consórcios microrregionais e participação de empresas que possibilitam a implementação de aterros regionais de rejeitos, parte essencial do processo para reverter a degradação ambiental, que inclui recuperação de nascentes, das águas de rios e lagos e das matas.

(fotos Eduardo Guedes de Oliveira)



Localizado em uma área de cinco hectares, num dos locais mais altos de Urubici, o aterro de rejeitos abrigará um horto florestal e viveiros, conforme projeto do biólogo Jonatha Alves, que será usado como base para restauração de projetos paisagísticos nos municípios concorciados

Mirela Maria Vieira

Encurralados de um lado pelas restrições orçamentárias e, de outro, pelas exigências de preservação e recuperação ambiental, municípios da região serrana estão avançando na reciclagem e tratamento de lixo urbano e rural. O projeto, desenvolvido por uma equipe multidisciplinar – integrada por geólogo, biólogo e engenheiro sanitário –, que trabalha para a Amurel, está sendo implementado em etapas, através de consórcios entre os municípios e parcerias com empresas privadas, todos em débito com o meio-ambiente que está sendo cobrado pelo Ministério Público, autor dos ajustes de conduta iniciados com as prefeituras há dois anos para eliminar os famigerados lixões.

No último dia 6, os municípios de Urupema, Rio Rufino, São Joaquim e Urubici conseguiram concretizar, através da entrega da Licença Ambiental de Ins-

talação (LAI) pela Fatma, o aterro regional de rejeitos destinado a receber o que restar da reciclagem das 28 toneladas de lixo recolhidas diariamente em sete cidades. Além dos quatro já consorciados, os municípios de Bom Jardim da Serra, Bom Retiro e Alfredo Wagner também vão mandar o que restar do seu lixo urbano para o mesmo aterro. De acordo com o geólogo Jorge Augusto da Silva, idealizador dos programas de recuperação e coordenador de Projetos da Amurel, estes três estão implementando suas usinas de triagem. A de Urubici começou a funcionar no dia 21 de junho, com participação da empresa Reciclar, parceira na instalação. Além de, com poucos recursos, dar destinação correta ao lixo, o projeto abre caminho para uma nova indústria, a da reciclagem e, principalmente, amplia e aperfeiçoa o exercício da cidadania pelos moradores “Quase tudo pode ser reaproveitado”, garante o biólogo Jonatha Alexandre Andrade Alves.

Aterro sustentável

Nem o aterro que receberá as cerca de quatro toneladas de lixo que restarem do processo de seleção para reciclagem nas sete cidades do consórcio, escapa da óbvia aplicação da Lei de Lavoisier. A concepção da área de cinco hectares receberá os rejeitos também é baseada na sustentabilidade.

Segundo o biólogo que está elaborando o projeto, Jonatha Alves, a sustentabilidade desta nova concepção está, primeiro, no fato de que aumenta a vida útil da área como aterro em oito vezes, com o trabalho de reconstituição da mata, utilização de sistema de raízes para “filtrar” os resíduos líquidos (chorume), utilização de técnicas para controle de insetos e utilização da área como centro de ensino e pesquisa. O local vai servir para a implementação de programas de educação ambiental, com foco em capacitação de professores.

Usina de triagem e reciclagem ainda gera empregos



Centro de Triagem de Urubici emprega seis pessoas, com a auto estima em alta

Passo subsequente à adoção de políticas de conscientização da população, com programas nas escolas públicas, treinamento e capacitação de agentes públicos nas áreas de educação e saúde para atuarem como multiplicadores, os centros de triagem de lixo de cidades do porte de Urubici não exigem investimentos altos e ainda criam empregos. São estas usinas que recebem o lixo da cidade, onde é feita a separação da matéria-prima de um negócio cada vez mais rentável.

O Centro Municipal de Triagem e Valorização de Resíduos Sólidos de Urubici recebe o lixo de seis mil habitantes da área urbana e mais de cerca de cinco mil da rural, onde o recolhimento é feito a

cada 15 dias. “A separação do lixo ainda não é boa, por isso temos mais trabalho quando o material chega aqui”, comenta David de Lima coordenador do Centro, que foi abrigado no que antes fora uma queijeira, localizada num terreno da prefeitura. “Ainda há uma casa, onde mora uma senhora, que vive em condições miseráveis. Estamos construindo uma casinha para ela e vamos usar esta construção como local para aulas”, diz o presidente da Amures, prefeito de Urubici, Luiz Clóvis Rodrigues Corrêa.

Seis pessoas trabalham na usina. Sandro Cassiano, 23 anos, está há dois meses dedicando-se à separação. “Fiquei quatro meses sem trabalho. Não me incomodo em fazer este serviço”, diz. Diego Muniz, 18 anos, está terminando o segundo grau e tem consciência da importância do que faz. “Ganho meu salário (R\$ 300,00), carteira assinada, e não me incomodo com o cheiro. Isso aqui é muito importante, eu sei”, afirma.

Do total de 15 toneladas de resíduos sólidos que chegam semanalmente no Centro, entre oito e nove toneladas de orgânicos, vão direto para a área de compostagem, fora do prédio. Da compostagem, vai para hortas escolares e canteiros das ruas e praças da cidade. Sobram, segundo David, sete toneladas de material reciclável, 50% de papel e papelão, e uma tonelada é rejeito, que vai para o aterro. A empresa parceira, Reciclar, fica com 20% do que é reciclado.



50% do material reciclável é de papel e papelão